

Jucá (E) e Agripino debatem em Plenário os coeficientes para repartição do FPM em 2008



Congresso cria 9 mil cargos. Senado regulamenta trabalho aos domingos

O Congresso aprovou na semana passada a criação de 9.388 cargos no serviço público. No Senado, foi regulamentado o trabalho no comércio aos domingos e feriados.

PÁGINA 4 E 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.708/152 – Brasília, 12 a 18 de novembro de 2007 EDIÇÃO SEMANAL

Governo e oposição travam a primeira batalha da CPMF

■ O relatório que Kátia Abreu apresenta nesta segunda-feira à CCJ recomenda o fim da cobrança da CPMF. A senadora promete apontar fontes para cobrir a arrecadação do tributo

■ O PSDB e o DEM estão contra a prorrogação. O PMDB fechou questão a favor, mas defende redução de impostos. A primeira batalha dos votos deve ocorrer nesta semana

PÁGINA 3

Cidadania

Especialistas mostram como evitar a gravidez precoce

Cerca de 28 mil meninas entre dez e 14 anos deram à luz no Brasil em 2003. Segundo o Ministério da Saúde, de cada cinco bebês nascidos no país, um é filho de adolescente. A gravidez precoce é o tema do *Especial Cidadania* desta edição.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

EDSON SILVA/FOLHA IMAGEM



Empresas de laticínio são acusadas de adicionar água oxigenada e soda cáustica ao leite UHT

Senadores avaliam se CPI deve investigar adulteração de leite

PÁGINAS 8 E 9

Em debate a contribuição sindical obrigatória

Os sindicatos podem deixar de receber cerca de R\$ 500 milhões ao ano se for aprovado o fim da obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical. O projeto deve ser votado logo no Senado.

PÁGINA 7

Venda de bebida em postos pode ser proibida

PÁGINA 6

Senado vai compensar emissões de carbono

A Casa inicia o projeto Carbono Menos, plantando árvores para compensar as emissões de carbono decorrentes das atividades do Plenário. A frota de ônibus e caminhões passa a utilizar biodiesel.

PÁGINA 2



TRIBUTAÇÃO Parecer de Kátia Abreu à PEC 89/07 irá apontar fontes para cobrir a arrecadação do tributo



A relatora Kátia Abreu com a bancada do DEM, que fechou questão contra o tributo. Líderes governistas apóiam proposta de isentar contribuintes da CPMF

Relatório na CCJ pede o fim da CPMF

O parecer que a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentará na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta segunda-feira sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga até dezembro de 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) recomendará a rejeição da matéria e apontará as fontes para cobrir a arrecadação do tributo. A informação foi dada pela relatora em entrevista à imprensa na última quinta-feira. Ela afirmou ainda encarar com

naturalidade a possibilidade de o governo apresentar um voto em separado.

– O artigo 100 da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] demonstra qual o caminho que o governo deve adotar no caso de faltar arrecadação. É aí que vamos nos concentrar. Precisamos lembrar ao governo que ele próprio nos enviou esse artigo, e é baseado nele que ele terá que encontrar as fontes para cobrir a CPMF – disse.

O parágrafo 5º do artigo 100 da LDO 2008 determina que, “no caso de não-aprovação das

propostas de alteração previstas no *caput* [na legislação tributária e das contribuições], poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior”.

Kátia Abreu citou dados que apontam para um aumento da arrecadação da ordem de R\$ 70 bilhões entre os anos de 2000 e 2006. No entanto, os gastos públicos, segundo ela, também não param de crescer.

PMDB decide fechar questão pela aprovação

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), informou na última quarta-feira que o partido decidiu fechar questão pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a cobrança da CPMF até dezembro de 2011. Nota distribuída à imprensa após a reunião da bancada, porém, fala em “aprovação em tese”: desde que sejam tomadas “outras medidas que sinalizem redução da carga tributária”. O PMDB também quer a garantia da aplicação de um redutor sobre a alíquota da contribuição. Conforme a proposta do governo, quem ganha entre R\$ 1.716 e R\$ 4.340 poderá abater o gasto com a CPMF até o limite de R\$ 214 anuais do Imposto de Renda.

Bancada do PSDB deve votar contra a contribuição

Em reunião na terça-feira passada, a bancada do PSDB no Senado decidiu votar contra a proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a decisão da bancada foi unânime, de forma que seria desnecessário fechar questão sobre o assunto. Ele afirmou que os 13 senadores da legenda devem votar contra a renovação da CPMF. Dessa forma, o partido se junta ao Democratas, que também definiu posição contrária à aprovação da PEC. Juntos, os dois partidos têm 27 votos no Senado. Para aprovar a PEC, são necessários 49, de um total de 81, em cada um dos dois turnos de votação.

Mercadante: governo quer manter diálogo com oposição

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que o governo manterá sua proposta de isentar do pagamento da CPMF quem ganhar até R\$ 4.340. A proposta foi anunciada na terça-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e foi rejeitada pelo PSDB.

– A proposta tem o apoio de todas as lideranças da base. Nós manteremos o diálogo para ver se achamos alguma solução que encontre o apoio do PSDB – observou o senador.

Segundo Mercadante, a proposta do governo isenta 40

milhões de pessoas de pagar a CPMF e, no total, a carga tributária seria desonerada em R\$ 4 bilhões já em 2008, e em R\$ 5 bilhões no ano seguinte.

Já o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que as negociações para aprovar a renovação da CPMF devem prosseguir.

– Vamos procurar os tucanos e os outros partidos para ampliar o entendimento. Mais do que votos para aprovar, queremos uma proposta que seja do Senado e voltada para melhorar o sistema tributário – frisou Jucá.

Mesquita Júnior e Mozarildo propõem opções ao tributo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu na sexta-feira que, em vez de prorrogar a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, o Legislativo crie um empréstimo compulsório para financiar os serviços de saúde.

Ele entende que essa seria uma forma de resgatar a formulação original do tributo, destinado exclusivamente à saúde, e de abrandá-lo, visto que o empréstimo compulsório, em sua avaliação, consiste numa prestação monetária mais suave.

– Empréstimo compulsório é previsto na Constituição para o caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional – justificou.

Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que tem afirmado que vai votar contra a prorrogação da CPMF na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), admitiu em entrevista à imprensa, na sexta-feira, que pode votar pela aprovação do imposto caso a prorrogação seja feita por mais um ano apenas e desde que, simultaneamente, ocorra uma reforma tributária ampla.

TRANSPARÊNCIA

Senado irá divulgar prestação de contas de verba indenizatória

A Comissão Diretora do Senado decidiu começar a divulgar, na página da instituição na internet, a prestação de contas da verba indenizatória de R\$ 15 mil que cada senador recebe mensalmente. O presidente interino da Casa, Tião Viana, celebrou a decisão como mais um passo do Legislativo no seu propósito de ter mais visibilidade diante da sociedade.

– Foi um avanço consistente, porque foi pautado, refletido e decidido por todos. Não há qualquer razão para que, nos dias atuais, esse assunto não seja colocado de maneira inteiramente transparente, como exige a imprensa e a sociedade.

Questionado sobre a extinção

da verba indenizatória, o senador disse que irá conversar com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, mostrando que “existe um sentimento contrário à verba indenizatória em sua origem”. Conforme Viana, ela pode simular uma situação de mascarar salário, “o que é muito ruim para a instituição”. Ele avalia que a verba nunca deveria ter existido. No entanto, opina que “não se pode aniquilar o direito que tem o parlamentar de ter, com esse dinheiro, seu movimento próprio em visita a seu estado.

– O parlamentar sério trabalha aqui no Congresso e no estado, visitando os municípios, discutindo com a população e



Tião Viana: decisão é mais um passo para a visibilidade do Legislativo diante da sociedade

colhendo subsídios para o debate no processo legislativo.

A respeito do risco de os líderes engavetarem e protelarem a decisão, o presidente interino

do Senado afirmou que “é muito pequeno”. De acordo com Viana, “o entendimento que teremos com os líderes é apenas um ajuste de consideração com eles, para que não se manifeste a impressão de isolamento entre a Mesa e os dirigentes dos partidos no Senado”.

Segundo Tião Viana, a verba indenizatória começa a ser divulgada na internet nos próximos dias ou no próximo mês, conforme aventou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), 2º vice-presidente do Senado.

Sobre a possibilidade de punição do parlamentar que gastar irregularmente a verba indenizatória, observou que já existe um rigor muito grande quanto

a isso.

– A Secretaria de Controle Interno estabelece regras rígidas e glosa toda matéria que não está nos termos legais – explicou.

Recursos vinculados à atividade parlamentar

A verba indenizatória foi instituída no Senado pelo Ato 3 da Comissão Diretora em 2003. Ela é destinada ao pagamento de despesas mensais realizadas pelo senador com aluguel – de imóvel, de veículos ou de equipamentos –, com material de expediente para escritório, com locomoção e com outros gastos diretos e exclusivamente relacionados ao exercício da função parlamentar.

PLENÁRIO

FOTOS: LEOPOLDO SILVA



Os senadores destrancaram a pauta da Casa na semana passada com a aprovação de quatro MPs

Trabalho no domingo é acolhido no Senado

O Senado aprovou na terça-feira projeto de lei de conversão oriundo da medida provisória (MP 388/07) que regulamenta o trabalho no comércio aos domingos e feriados, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho. A MP estipula que os comerciantes terão direito a uma folga no domingo a cada período máximo de três semanas. A matéria volta à Câmara para apreciação, já que foi aprovada emenda, acolhida pelo relator-revisor Paulo Paim (PT-RS), dos deputados Paulo Pi-

menta (PT-RS) e Manuela d'Ávila (PCdoB-RS).

A emenda dos deputados inclui hipermercados e supermercados entre os estabelecimentos do comércio atingidos pela medida provisória. Eles justificam que a alteração se faz necessária para evitar que trabalhadores desses tipos de estabelecimentos fiquem sujeitos a incertezas.

Segundo o Ministério do Trabalho, a MP favorece 8 milhões de trabalhadores em todo o país e deve aumentar a geração de empregos formais no setor, já que

será necessária a contratação de mais funcionários para cumprir as escalas aos domingos.

A legislação hoje em vigor, a Lei Federal 10.101/00, estabelece um dia de folga após três domingos trabalhados. Esse dia de descanso geralmente é concedido em qualquer dia útil da semana. A abertura das lojas nos domingos e feriados, no entanto, continua dependendo de lei municipal.

A violação das normas será punida com multas que variam de três a 300 vezes o valor de referência regional.

Estágio tem regulamentação aprovada

Depois de muita polêmica, o Senado alcançou o consenso e aprovou, na terça-feira, substitutivo a projeto de lei (PLS 473/03) que regulamenta o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e da educação de jovens e adultos. A matéria segue, agora, à apreciação da Câmara dos Deputados.

Conforme o substitutivo, o estágio poderá ser ou não obrigatório, mas não cria vínculo empregatício. A instituição concedente do estágio deverá oferecer seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, obrigado a apresentar relatório semestrais dessa atividade. Além de órgãos públicos e empresas privadas, poderão contratar estagiários profissionais liberais de nível superior.

O acordo foi firmado por Raimundo Colombo (DEM-SC), relator da matéria na Comissão de Educação (CE), e Ideli Salvatti (PT-SC), relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e resultou na rejeição ao projeto de lei da Câmara (PLC 44/07), de iniciativa do Executivo, que tramitava em conjunto com o PLS 473/03, do senador Osmar Dias (PDT-PR).

Plenário acata criação da Redesim

Proposta que facilita o registro de empresas foi aprovada na terça-feira pelo Plenário do Senado. O projeto (PLC 115/06) cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que será integrada por órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no registro de empresas. A matéria vai à sanção presidencial.

Voto secreto recebe emendas

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto no Congresso receberam três emendas – uma para cada PEC – e tiveram que ser encaminhadas de volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As emendas pretendem assegurar a criação de uma norma que garanta, nos julgamentos por quebra de decoro, o direito à ampla defesa.

Congresso cria comissão para Fipa

O Plenário do Congresso aprovou na quinta-feira projeto de resolução que cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa). Ao apresentar parecer favorável à matéria (PRN 6/07), Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que a comissão permanente será composta por dez deputados e dez senadores.

Mantidos para 2008 coeficientes do FPM

Com 51 votos favoráveis e 1 abstenção, o Senado aprovou na quarta-feira o Projeto de Lei do Senado 633/07 – Complementar, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que mantém para o exercício de 2008 os mesmos coeficientes utilizados em 2007 para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para entrar em vigor, a matéria precisa ser apreciada ainda pela Câmara.

Tramitando em regime de urgência, a proposição foi relatada em Plenário pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que apresentou parecer em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos. Ele explicou que a aprovação do projeto é importante sobretudo para os municípios que mais dependem

do FPM para a composição de suas receitas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no início de outubro os números preliminares da contagem da população brasileira feita em 2007. O resultado apontou uma redução no número de habitantes em vários municípios, o que implicaria redução na cota do FPM. O projeto de Jucá adia para 2009 a aplicação do novo cálculo para fins de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Ao defender a aprovação da matéria, Mercadante registrou que os números do novo recenseamento do IBGE revoltaram prefeitos de várias cidades brasileiras, que, em vários casos, propuseram recontagem.

Execução de obras do PAC por estados e municípios

Uma negociação entre governo e oposição possibilitou a aprovação da Medida Provisória 387/07 na terça-feira. A MP criou a figura da “transferência obrigatória de recursos financeiros” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para estados e municípios.

A MP permite que estados e municípios executem obras com recursos do PAC, mediante assinatura prévia de termo de compromisso com a União. A matéria voltou à Câmara.

O que acalmou a oposição foi a retirada de um parágrafo que estipulava que “não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente (federado), inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as res-



Francisco Dornelles foi relator-revisor da Medida Provisória 387 no Senado

salvadas pela lei de diretrizes orçamentárias”.

A oposição achava que o parágrafo permitia ao governo repassar recursos a estados e prefeituras inadimplentes ou em períodos eleitorais, o que também é proibido.

Novos embaixadores para França, Canadá e Sri Lanka

O Plenário do Senado acolheu três indicações de embaixadores. Para chefiar a representação na França foi aprovado o nome de José Maurício Bustani. Para o Canadá, foi aprovada o diplomata Paulo Cordeiro Pinto. Para a representação diplomática no Sri Lanka, foi aprovado o nome de Pedro Henrique Borio.

As indicações de embaixadores são sempre feitas pelo presidente da República. Todos

os três indicados são diplomatas de carreira. As votações foram secretas, mas a sessão foi pública, seguindo recente norma adotada pelo Senado, como enfatizou o presidente interino, Tião Viana.

Os relatores das indicações na Comissão de Relações Exteriores (CRE) foram, respectivamente, Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Marco Maciel (DEM-PE).

AUMENTO PARA A PF - Os integrantes da carreira da Polícia Federal - delegados, peritos, escrivães, agentes policiais e papiloscopistas - terão aumentos salariais, conforme determina a Medida Provisória 386/07, aprovada na terça-feira passada pelo Plenário do Senado. O governo prevê que a implementação do aumento dos salários terá um custo de R\$ 68,9 milhões este ano; de R\$ 470,1 milhões em 2008; R\$ 573,7 milhões em 2009; e R\$ 580,3 milhões em 2010. A medida vai beneficiar um total de 17.283 servidores da Polícia Federal, dos quais 10.156 são ativos, 3.739 aposentados e 3.388 pensionistas.

PLANEJAMENTO - O Plenário aprovou, na terça-feira, medida provisória (MP 389/2007) que cria 300 cargos da carreira de especialista em infraestrutura sênior (num total de 84) e analista em infraestrutura (216), cuja lotação ficará a cargo do Ministério do Planejamento. Os cargos serão preenchidos por meio de concurso público. O vencimento do especialista em infraestrutura sênior, o cargo mais alto, foi estipulado em R\$ 5.632,61. Já para analista em infraestrutura, foram fixados vencimentos de R\$ 2.906,66 a R\$ 5.151,00. A matéria vai à promulgação.

FALECIMENTO - Heráclito Fortes (DEM-PI) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento do jornalista Celson Franco. O senador lembrou que Franco construiu sua carreira em Brasília, em veículos como *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e revista *Veja*, e chegou a conquistar um Prêmio Esso. O mineiro Celson Franco, natural de Araçuaí, destacou-se, ainda de acordo com Heráclito, na cobertura política. Nos últimos anos, atuava como assessor na Câmara, onde chegou a ser diretor de Comunicação. O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), se associou à manifestação de pesar, assim como Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

CONGRESSO

Criadas 9.388 vagas no serviço público

Senadores e deputados reunidos na quinta-feira em sessão do Congresso aprovaram uma alteração na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007 (Lei 11.451) para permitir a criação de 9.388 vagas para funcionários da área de educação, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A maior parte das vagas – 9 mil – será destinada à área de educação, sendo que, desse total, 7.800 serão preenchidas por meio de concurso público e outras 1.200 destinadas a cargos comissionados. Já para o STF, foram autorizadas 262 vagas e para o CNJ outras 126, todas a serem preenchidas por meio de concurso público.

O Plenário do Congresso também aprovou a constituição de

um grupo de trabalho composto por deputados e senadores para acompanhar e avaliar os desdobramentos da Resolução 1/07, que fixa diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União (OGU).

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) será o presidente do grupo, que terá sua primeira reunião nesta terça-feira, às 14h, na Vice-Presidência da Câmara.

Após a constituição do grupo de trabalho, Heráclito disse que o objetivo será discutir ajustes e correções ao Orçamento Geral da União, para melhorar o modelo orçamentário brasileiro.

– Não é possível que regiões menos favorecidas sejam prejudicadas. Queremos um texto mais justo para o Brasil, com oportunidades iguais para os estados – explicou ele.



Mesa do Congresso Nacional durante votações: maior parte de novos cargos é do setor educacional

Aprovados créditos suplementares de R\$ 4,3 bi

O Congresso aprovou, na quinta-feira, 33 projetos de lei (PLNs) que abrem créditos suplementares a ministérios, tribunais superiores, Justiça Eleitoral e empresas e bancos estatais no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Desse total, a maior parcela, R\$ 1,9 bilhão, vai para o Ministério do Trabalho para pagar benefícios do seguro-desemprego, abono salarial e atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Um dos projetos, o PLN 25, abre em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário crédito

suplementar de R\$ 200 milhões. Parte desse crédito, de R\$ 100 milhões, destina-se a atender às despesas de custeio e investimento necessárias à ampliação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.

Os R\$ 100 milhões restantes destinam-se à aquisição de produtos da agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou à revenda aos centros consumidores. Todos os projetos aprovados receberam pareceres na Comissão de Orçamento (CMO).

Orçamento recebe emendas até quarta

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) abriu na quarta-feira o prazo para a apresentação de emendas à proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008. Até esta quarta (14), senadores, deputados, bancadas

Votação de parecer de José Pimentel permitiu fixação de prazo

estaduais e comissões técnicas das duas Casas legislativas vão poder encaminhar à comissão suas propostas destinadas a modificar as despesas e o texto do projeto encaminhado ao Congresso pelo governo no final de agosto.

A abertura do prazo foi possibilitada pela votação do parecer preliminar do relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), concluída por volta da meia-noite da terça-feira passada.

A votação foi assegurada por acordo partidário fechado à tarde, quando os líderes decidiram, entre outros pontos, aumentar o valor da cota de recursos para as emendas individuais dos parlamentares, que passou de R\$ 7 milhões para R\$ 8 milhões.

Com essa modificação, as emendas individuais vão somar R\$ 4,8 bilhões em 2008. Cada um dos deputados e senadores terá direito a apresentar 25 emendas, cinco a mais do que foi permitido no ano passado. Em compensação, o montante destinado às emendas coletivas foi reduzido em R\$ 594 milhões, passando para R\$ 6,3 bilhões.

Regras definidas pela Resolu-

ção 1/06, que começou a vigorar este ano, estabelecem que os recursos referentes às emendas coletivas sejam alocados com a seguinte distribuição: 25% para as emendas das bancadas estaduais (R\$ 1,58 bilhão), 55% para as relatorias setoriais (R\$ 3,47 bilhões) e 20% por meio de indicações do relator-geral (R\$ 1,26 bilhão).

Na reunião, foi também aprovado novo cronograma para a tramitação da proposição (PLN 30/07). Depois do recebimento das emendas, os relatores setoriais vão trabalhar para consolidar as propostas das dez áreas que correspondem aos segmentos de despesas da União. A entrega e a votação dos relatórios setoriais devem ocorrer entre 26 de novembro e 4 de dezembro.

COMISSÕES

Material escolar pode ter isenção fiscal

Materiais escolares como cadernos, lápis e borrachas poderão ser isentos da tributação do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A isenção está prevista no Projeto de Lei do Senado 160/07, de José Agripino (DEM-RN), que recebeu na terça-feira parecer favorável

da Comissão de Educação (CE).

Ao defender seu projeto, Agripino recordou que já existe isenção para o livro didático. Sua proposta, portanto, seria a de estabelecer a isonomia no tratamento dos materiais escolares.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator, Renato Casagrande (PSB-ES), observou que, na maior parte das vezes, a aquisição de materiais escolares depende das possibilidades

financeiras dos estudantes e de suas famílias. O projeto será agora examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em decisão terminativa, a CE aprovou o Projeto de Lei do Senado 177/02, também de José Agripino, que permite o financiamento de estágio remunerado em empresas e universidades com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Autorizadas escolas técnicas em TO e RO

O município de Caseara, no Tocantins, deverá sediar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, de acordo com projeto aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação (CE). Autora da proposta (PLS 233/07), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento da região. Também foi autorizada a criação da Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, conforme projeto (PLS 252/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO).

Passa na CAS proposta sobre trabalho de menor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a proposta da CPI do Trabalho Infantil que visa adequar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que se refere ao trabalho do menor, ao já disposto na Constituição, além de disciplinar o trabalho dos menores de 18 anos e maiores de 14 anos, na condição de aprendiz. Pela CLT, o trabalho infantil só era proibido aos menores de 12 anos, mas a Constituição de 1988 estendeu a proibição aos menores de 16 anos, exceto como aprendizes.

Codefat poderá decidir sobre plano de requalificação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer a projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que inclui entre as competências de gestão e deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) a aprovação e o acompanhamento da execução de plano de trabalho de requalificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública, bem como os da educação básica. Esses últimos foram incluídos por emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF).

CRE acolhe indicações para três embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) acolheu, na quinta-feira, por ampla maioria, pareceres favoráveis a três mensagens presidenciais que indicam nomes de diplomatas de carreira para exercerem o cargo de embaixador do Brasil. As proposições seguem para exame e votação no Plenário.

A primeira indicação aprovada foi a de Carlos Augusto Neves para preencher o cargo de embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Outra indicação que teve parecer favorável da CRE foi a de José Luiz Machado e Costa para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Suriname.

A terceira mensagem presidencial que teve parecer favorável aprovado pela CRE indica José Maria de Souza e Silva para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique e, cumulativamente, perante o Reino da Suazilândia e as Repúblicas de Seicheles e de Madagascar.

Colegiado ratifica cinco acordos internacionais

Os textos de cinco acordos internacionais firmados pelo Brasil foram ratificados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Entre eles, o PDS 112/07, que aprova o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Reino Unido, de 2005.

Já o PDS 221/07 aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a República de Gana, firmado em 2005.

Dois outros projetos referem-se a acordos de 2005 com o governo de Angola. O primeiro (223/07) acolhe o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas. O segundo (227/07) aprova o Acordo de Extradicação entre os dois países.

O PDS 225/07 acolhe emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.

COMISSÕES

Diretórios de partido responderão por dívida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que determina a responsabilidade exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tenha causado dano ou contraído dívida. O projeto (PLS 564/07), que muda a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), também exclui a solidariedade de outros órgãos de direção partidária.

A proposta recebeu decisão terminativa e segue agora para a Câmara dos Deputados.

O texto também acrescenta parágrafo ao artigo 655-A do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) para estabelecer que a execução de dívida de partido seja efetuada somente contra o órgão partidário que a tenha contraído. O código, de acordo

com a proposta, recebe também novo inciso (XI ao artigo 649) para impedir que recursos do fundo partidário – de origem pública – sejam objeto de penhora.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), observou que as atividades partidárias,

Dívida não poderá ser compartilhada com direção partidária

especialmente em relação às campanhas eleitorais, são realizadas com relativa independência. Segundo ele, é uma prática “abusiva” cobrar das dire-

ções estaduais e nacional dos partidos as dívidas contraídas por diretórios municipais.

A CCJ também aprovou voto favorável do relator a projeto de lei da Câmara (PLC 20/04) que proíbe a inserção de expressões que indiquem pobreza em certidões de nascimento e de óbito. A proposta ainda será examinada em Plenário.

CCJ aprova mais um projeto do pacote antiviolença

Projeto de lei do Executivo que garante ao juiz a formação de sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, para garantir que as duas partes do processo sejam consideradas, foi acolhido pela Comissão de Justiça. O projeto (PLC 37/07), que integra o pacote antiviolença, segue agora para votação em Plenário.

A iniciativa exige ainda que o exame de corpo de delito e outras perícias sejam realizadas por perito oficial com diploma de curso superior.

O projeto também amplia o rol de providências que o juiz pode tomar para obter a prova da alegação. A legislação atual estabelece somente que o juiz poderá, no curso da instrução ou antes de proferir sentença,

determinar, de ofício, diligências para esclarecer dúvida sobre ponto relevante.

– Ainda que não tenha o réu se desincumbido totalmente da atribuição de demonstrar os inúmeros requisitos in-

Proposta garante que as duas partes do processo sejam consideradas

dispensáveis ao reconhecimento da legítima defesa, se ao menos conseguir incutir no magistrado dúvida a respeito de sua ocorrência, a decisão deverá

ser absolutória – explicou o senador Tasso Jereissati, ao se referir à previsão da absolvição se houver dúvida sobre a existência de circunstância que isente o réu de pena.

Segundo o relator da matéria, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), as alterações contribuirão para o aperfeiçoamento da legislação processual penal.

Cumprimento de pena deve incluir regime aberto

A Comissão de Justiça aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de resolução do senador Valter Pereira (PMDB-MS) que ratifica decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considera inconstitucional a determinação de cumprimento de pena integralmente em regime fechado. A exigência está prevista no artigo 2º, § 1º, da lei que trata dos crimes hediondos, da prática de tortura e do tráfico ilícito de entorpecentes (Lei 8.072/90).

O projeto foi elaborado para atender a acórdão emitido pelo ministro Marco Aurélio Mello, que declarou inconstitucional o dispositivo da lei,

argumentando que o artigo 5º da Constituição federal garante a individualização da pena. O magistrado argumentou que a progressividade da pena incentiva o condenado à correção de sua conduta, “com vista à sua futura inserção no meio social”.

Valter Pereira observou que não cabe ao Senado questionar decisões do Supremo, mas se posicionou contra a medida adotada pela corte.

– A decisão vai em direção contrária a todo o pensamento da sociedade brasileira, que quer medidas mais duras para combater a criminalidade – alertou o senador.



Posto de combustível em Brasília: fatura de bebidas alcoólicas, inclusive para consumo imediato

Restrição à venda de bebida em postos

A comercialização e a ingestão, em postos de combustíveis, de bebidas alcoólicas destiladas podem ser proibidas. A restrição está prevista em projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado quarta-feira em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 148/03) impede ainda a venda desses produtos em estabelecimento comercial fora do perímetro urbano, ao longo das rodovias. Também proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas cuja temperatura permita o consumo imediato. O projeto será agora enviado à Câmara dos Deputados. Segundo Crivella, a proposta beneficia todas as famílias brasileiras.

– Estamos procurando coibir, de uma maneira equilibrada, aquilo que faz mal à sociedade – destacou.

Conforme o texto, a fiscalização será feita pelos estados e Distrito Federal, que poderão aplicar as seguintes sanções: multa entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil; suspensão temporária da atividade comercial; cassação da

autorização ou licença de funcionamento; e interdição, total ou parcial, do estabelecimento. Sanções de natureza civil e penal também são previstas.

O relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), destacou que o propósito do projeto é diminuir o número de acidentes provocados por condutores embriagados.

Vários senadores se posicionaram a favor do projeto. Para Aloizio Mercadante (PT-SP), a iniciativa é um avanço no sentido de coibir a comercialização de bebidas alcoólicas. Kátia Abreu (DEM-TO) observou que

lei similar, criada no Canadá, reduziu “drasticamente” o número de acidentes causados por embriaguez naquele país. Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a aprovação do projeto e a discussão do assunto são importante instrumento para difundir a necessidade de se proibir o consumo de álcool entre os jovens.

Já Almeida Lima (PMDB-SE), único a votar contra a matéria, defendeu a restrição à propaganda de bebida alcoólica e a obrigação de os condutores realizarem exames para aferir o teor alcoólico no sangue.

– Eu queria saber se algum parlamentar tem coragem de apresentar projetos nesse sentido. Eu gostaria de ver a prestação de contas de campanha de todos os políticos que receberam recursos de indústrias de bebidas alcoólicas – afirmou Almeida Lima.

Valter Pereira (PMDB-MS) disse que também são necessárias medidas mais radicais para combater o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. E Jefferson Péres (PDT-AM) destacou que deveria ser proibida a venda de todos os tipos de bebida alcoólica nos postos de gasolina.



Projeto, de Marcelo Crivella, será agora examinado pela Câmara dos Deputados

Lesões corporais estão associadas ao álcool

Cerca de 30% de todos os casos de lesões no mundo estão associados ao abuso do consumo de álcool, e essa proporção é maior quando os traumas são causados por acidentes com veículos, segundo a consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS) e diretora do Centro Nacional de Pesquisa sobre Álcool dos Estados Unidos, Cheryl Cherpitel. A OMS fez estudo sobre o impacto, em 11 países, do consumo de álcool nos acidentes com trauma.

O Hospital São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e único participante brasileiro no programa, pesquisou 518 pessoas atendidas no pronto-socorro da instituição. Concluiu que cerca de 13% dos acidentes cujas vítimas sofreram algum tipo de trauma

físico estão associados ao consumo abusivo de álcool. Entre os traumas sofridos, há desde contusões e cortes superficiais até casos graves de politraumatismo.

Para Cheryl Cherpitel, leis mais rígidas de trânsito ajudam a diminuir o número de acidentes, pois se uma pessoa é presa por dirigir alcoolizada pode perder a licença, passar um tempo na cadeia e ter de frequentar um programa de tratamento para pessoas com esse problema. “Essa legislação surte resultado”, observou.

Na pesquisa feita pela Unifesp, 66% das vítimas desses acidentes eram homens e 34% mulheres. Outro fato chamou a atenção dos pesquisadores: 11% das vítimas do sexo feminino estavam alcoolizadas,

dado considerado significativo, pois entre 4% e 6% das mulheres são dependentes de álcool no Brasil, disse a psicóloga Neliana Figlie, uma das coordenadoras da pesquisa.

Os resultados parciais da pesquisa da OMS apontam que, no Brasil, 13% dos acidentes com traumas estão relacionados ao consumo de álcool, e o percentual tem aumentado. Dados do Ministério da Saúde revelam que essa relação entre acidentes com traumas e uso de álcool era de 12,3% em 2005 e de 11,2% em 2001.

Segundo os dados do ministério, o consumo de bebidas alcoólicas no país está cada vez mais banalizado, inclusive a partir dos próprios pais, que usam álcool indiscriminadamente na frente dos filhos.

SINDICALISMO



Paulo Paim (E) critica a emenda do deputado Augusto Carvalho, que torna a contribuição sindical voluntária

Centrais querem manter o imposto obrigatório

O senador Paulo Paim (PT-RS), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto que legaliza as centrais sindicais, tem dito que a linha de acordo traçada pelas entidades e lideranças partidárias será obedecida no Senado. Segundo ele, a vontade manifestada de forma consensual pelas centrais de manter a contribuição sindical compulsória será respeitada no relatório no Senado. A proposta (PLC 88/07) tramita em regime de urgência constitucional e será votada simultaneamente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a obrigatoriedade da contribuição, Paim criticou a iniciativa do deputado Augusto Carvalho, que apresentou e teve aprovada emenda ao projeto na Câmara determinando a autorização do trabalhador para o desconto do imposto sindical na folha de pagamento.

Para o senador, o debate sobre o financiamento dessas entidades prosseguirá, mesmo depois de aprovada a proposta.

Já Francisco Dornelles (PP-

RJ), relator do texto na Comissão de Assuntos Econômicos, informou ao **Jornal do Senado** que apresentará seu parecer nesta semana. Ele argumentou ter recebido o projeto somente na segunda-feira da semana passada e não teve tempo de fazer uma análise detalhada do texto. Mas sinalizou que, se for para mudar a contribuição sindical, o processo tem que ser gradativo.

– Eu acho que não se pode, no mês de novembro, tirar uma receita já a partir do mês de janeiro. Todos os sindicatos já fizeram as previsões – justificou.

Augusto Carvalho disse ao **Jornal do Senado** que a contribuição, um imposto criado durante a ditadura Vargas, é “indecente, ilegítimo e injusto”.

– A contribuição das bases tem que ser voluntária. E o Brasil é o único país do mundo onde ela é compulsória. Isso equivale a meter a mão no bolso do trabalhador, seja ele sindicalizado ou não, para financiar sindicatos de fachada e federações que não fazem nada e não prestam contas – destacou o deputado, ressaltando que até 1998 havia cerca de 2 mil sindicatos no Brasil, e hoje são 15 mil.

O que é a contribuição sindical

A contribuição sindical, mais conhecida como imposto sindical, é paga pelo trabalhador uma vez por ano e corresponde à remuneração de um dia normal de trabalho, sem inclusão de horas extras. Pela legislação atual, a contribuição - criada na década de 1940 para fortalecer o movimento sindical - é recolhida compulsoriamente pelos trabalhadores todo mês de abril.

Atualmente, os recursos da contribuição sindical, que somam perto de R\$ 1 bilhão por ano, são distribuídos da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para a chamada “conta especial emprego e salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Caixa Econômica Federal é a instituição responsável pela conta, na qual é creditada a parcela da contribuição destinada ao MTE.

Um dos destinatários dos recursos da conta especial é o Fundo de Amparo do Trabalha-

dor (FAT), que custeia programas de seguro-desemprego, abono salarial, financiamento de ações para o desenvolvimento econômico e geração de trabalho, emprego e renda.

A contribuição está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi alterada pelas Leis 6.386/76 e 7.047/82. Os trabalhadores autônomos e profissionais liberais descontam o imposto sindical correspondente a 30% do maior valor de referência fixado pelo Executivo. Os avulsos recolhem a contribuição no mês de abril e os autônomos e profissionais liberais, no mês de fevereiro.

Para os empregadores, o pagamento do imposto é proporcional ao capital da empresa, conforme registrado no contrato social, mediante a aplicação de alíquotas que variam de 0,02% a 0,8%. Os valores pagos pelos empregadores, trabalhadores autônomos e profissionais liberais aumentaram com a edição da Lei 7.047/82.

Menos R\$ 500 milhões ao ano para sindicatos

O fim da obrigatoriedade do pagamento da contribuição ou imposto sindical continua provocando polêmica com a chegada da matéria ao Senado. O texto (PLC 88/07) foi aprovado na Câmara e, se for acolhido no Senado, seguirá para sanção do presidente da República. Especialistas calculam que os sindicatos poderão perder cerca de R\$ 500 milhões ao ano caso a medida entre em vigor.

Pelo projeto, o recolhimento do imposto na folha de salários da empresa dependerá da autorização do trabalhador. Os sindicatos patronais continuariam recebendo a contribuição dos empregadores, que permaneceria obrigatória.

A medida foi aprovada pela Câmara a partir de emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) ao PL 1.990/07, que regulamenta as centrais sindicais. A mudança no projeto original foi aprovada naquela Casa contra a vontade do relator, deputado Vicentinho (PT-SP), ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A decisão provocou movimentação das centrais sindicais, que pressionam os senadores para que a medida seja derrubada. No Senado, o PLC 88/07 tramita em regime de urgência em três comissões: de Assuntos Econômicos (CAE); de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS). Os relatores são, respectivamente, Francisco Dornelles (PP-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS). Acordo está sendo costurado entre lideranças partidárias para levar o texto diretamente ao Plenário.

O projeto legitima a representatividade das centrais e é resultado de acordo delas com o governo. Caberá às centrais participar de negociações em fóruns e colegiados de órgãos públicos em que se discutam assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Para o deputado Vicentinho, embora a proposta caminhe no sentido defendido por ele, de autonomia das centrais, a aprovação da emenda de Augusto Carvalho quebra o acerto feito com o governo.

O projeto prevê que, em decorrência do reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação, elas participarão da repartição dos recursos arrecadados com a contribuição sindical dos trabalhadores. O dinheiro sairá da “conta especial emprego e salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e sustentada pela arrecadação do imposto sindical.

Metade dos 20% da contribui-

ção paga pelos trabalhadores e atribuídos atualmente a essa conta será destinada às centrais. Em relação à contribuição sindical de responsabilidade dos empregadores, não há mudanças.

Se não houver sindicato, o montante de 60% da arrecadação da contribuição, tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores, ficará com a federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Outra emenda incluída no projeto, de autoria do líder do PSDB, deputado Antônio Carlos Pannunzio (SP), inclui na lei a prerrogativa do Tribunal de Contas da União (TCU) de fiscalizar os recursos do imposto sindical direcionados às centrais sindicais.

A discussão em torno da contribuição é antiga. O próprio Augusto Carvalho apresentou, em 1989, projeto que extinguiu gradativamente o imposto, num prazo de cinco anos. O texto, aprovado na Câmara, acabou derrubado no Senado.

Em 2001, a então senadora Marina Silva (PT-AC), hoje licenciada para dirigir o Ministério do Meio Ambiente, foi autora de proposta que também acabava com a contribuição. A matéria foi arquivada no começo deste ano.



Reunidos no Auditório Petrônio Portella, sindicalistas anunciam a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora

Marcha defenderá redução da jornada de trabalho

A Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais lançaram, quarta-feira, a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, que acontecerá em 5 de dezembro. As principais reivindicações são a redução da jornada de trabalho sem corte no salário, mais empregos e o fortalecimento da seguridade social e das políticas públicas. Os sindicalistas encaminharam a pauta de reivindicações ao presidente interino do Senado, Tião Viana, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

Para o presidente da Força Sin-

dical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), alguns pontos a serem destacados durante a Marcha são a criação e a melhoria de empregos. Segundo ele, o trabalho infantil e o trabalho escravo representam a precariedade da estrutura do mercado de trabalho.

– Se o país pretende crescer em termos de biocombustíveis, precisa levantar essa questão do trabalho escravo e infantil – afirmou.

Os sindicalistas também acompanharão o debate e a votação do projeto que regulamenta as centrais sindicais, que passará a

trancar a pauta em 1º de dezembro. De acordo com o presidente da CUT, Arthur Henrique Santos, a central defende o fim do imposto sindical com a criação de outra contribuição. Segundo ele, o debate com os senadores sobre a proposta está indo bem, mas espera “que o debate seja representado na legislação”.

Participaram também do evento o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antônio Santos Neto, e representantes da Nova Central Sindical de Trabalhadores e da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

FRAUDE Comissões do Senado debateram problemas detectados pela Polícia Federal em laticínios de Minas Gerais

CHARLES SILVA DUARTE/O TEMPO/FOLHA IMAGEM



Fiscais da Vigilância Sanitária de Belo Horizonte recolhem amostras de leite longa vida em supermercados para análise de qualidade

Congresso pode investigar caso de leite adulterado

As cíclicas denúncias de fraudes na produção do leite já deram ensejo a comissões parlamentares de inquérito em cinco estados e agora estão na mira do Senado e da Câmara.

A última denúncia surgiu com a Operação Ouro Branco, da Polícia Federal, que indiciou uma quadrilha que atuava na Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro (Casmil) e na Coopervale, de Uberaba, no Triângulo Mineiro, acusadas de adicionar água oxigenada e soda cáustica no leite cru destinado à preparação de UHT, o leite longa vida, e queijo.

Embora para o consumidor a adição dessas substâncias no leite seja uma novidade, alguns produtores, laticínios, especialistas e até mesmo laboratórios credenciados do Ministério da Agricultura admitem que a prática existe há anos e que agora tomou maiores proporções.

Sal, açúcar, amido, soro, água e até urina de vaca já foram detectados em análises feitas pelos órgãos de fiscalização. Os componentes aumentam o volume do leite.

Já a água oxigenada é usada

especialmente para impedir a proliferação de bactérias, enquanto a soda cáustica neutraliza a acidez, presente no soro. Essas substâncias mascaram leite de má qualidade, em geral obtido em condições inadequadas de higiene, ao mesmo tempo em que acabam com as vitaminas A e E do produto.

Essas e outras fraudes que prejudicam a qualidade do leite e colocam em risco a saúde do consumidor foram discutidas em audiência realizada semana passada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Meio Ambiente (CMA) e de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Alguns parlamentares estudam a possibilidade de instalação de uma CPI.

Para o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a fraude ocorrida com o leite em Minas Gerais é criminosa e pontual. Por isso, ele acredita que a imagem do setor será rapidamente recuperada.

Com a participação de fiscais agropecuários na fraude, o ministério adotou novo sistema de inspeção, substituindo uma prática de quase cem anos. Agora os fiscais

não permanecem mais regularmente nas empresas como antes. A inspeção passa a ser realizada na forma de auditorias aleatórias por equipes de dois fiscais federais agropecuários, que são veterinários, e um agente de inspeção.

– Com isso teremos uma inspeção menos freqüente, porém mais minuciosa – explicou o diretor do Departamento de Inspeção de Pro-

duto de Origem Animal (Dipoa), Nelmon da Costa.

Atualmente, 212 fiscais federais monitoram 1.686 indústrias em 25 estados brasileiros. No ano passado, as análises efetuadas pelas equipes federais de inspeção junto às empresas e por seus próprios controles de qualidade acabaram por condenar 21 milhões de litros de leite.



Reinhold Stephanes (E), com Neuto de Conto, em audiência feita no Senado para avaliar os riscos de adulterações no leite

Autoridades dizem que alteração não ameaça a saúde

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou que não fosse consumido o produto dos lotes adulterados com soda cáustica e água oxigenada. Mas, para tranquilizar os consumidores, a agência e o Ministério da Agricultura afirmaram que, nos níveis encontrados, as substâncias químicas adicionadas ao leite não oferecem risco à saúde humana.

Contudo, é fato que ninguém compraria leite ou derivados sabendo que em suas fórmulas há produtos químicos como esses. A afirmação foi feita até pelo engenheiro químico Pedro Renato Borges, que está sendo apontado como o responsável pela mistura utilizada nas cooperativas mineiras Coopervale e Casmil. Em entrevista televisiva, Borges negou ser o autor da fórmula e afirmou que não consumiria leite se soubesse da adição de soda cáustica.

Segundo a diretora da Anvisa Maria Cecília Brito, as punições para os fabricantes do leite fraudado podem variar da interdição das empresas até multa de R\$ 1,5 milhão.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), são necessários mais recursos para o combate às fraudes e contratação de maior número de fiscais. Já o senador João Pedro (PT-AM) pediu punição exemplar dos responsáveis pela adulteração do leite.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que as fraudes causaram graves prejuízos para todo o agronegócio brasileiro.

– Crimes como esse, que atentam contra a saúde pública, que colocam em risco a vida, sobretudo, de crianças indefesas, devem ser tratados com o máximo rigor. Não podemos condescender com esse incontinente e atroz ímpeto de se obter vantagens a qualquer custo, mesmo da saúde alheia – disse Romeu Tuma (PTB-SP).

De acordo com Eduardo Azevedo (PSDB-MG), é preciso cautela para que não se generalize o problema da adulteração, o que poderia prejudicar os produtores de Minas Gerais e as demais cooperativas que agem legalmente.

Instrução normativa de 2005 alterou padrões de higiene

Com a entrada em vigor, em julho de 2005, da Instrução Normativa 51, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a cadeia produtiva do leite passou a trabalhar na melhoria da qualidade. Uma das medidas adotadas foi a introdução de cuidados especiais na ordenha para reduzir o limite de bactérias no leite, responsáveis pela rápida deterioração.

Atualmente, o limite de contaminação bacteriana é de 1 milhão de unidades formadoras de colônia (UFCs) por mililitro. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse número cairá

para 750 mil a partir de julho de 2008, e no Norte e Nordeste a partir de julho de 2010. O limite será de 100 mil nas regiões do Centro-Sul em 2011 e no Norte e Nordeste em 2012.

– Esse é o limite adotado em todos os países desenvolvidos – explica o pesquisador da Embrapa Gado de Leite José Renaldi. Para se ter uma idéia, no caso do leite tipo A, em que a ordenha é mecânica, a UFC não passa de 10 mil por mililitro.

– Na Europa e nos Estados Unidos, o leite pasteurizado dura de 20 a 30 dias na refrigeração, porque há baixo contágio.

O nosso dura de três a cinco dias – relata Renaldi.

Apesar da alta contagem bacteriana, o pesquisador da Embrapa afirma que há condições tecnológicas para baixar esses índices rapidamente.

– Quem retira o leite deve limpar e secar os tetos da vaca, lavar a mão com água e sabão e ordenhar imediatamente. O local deve ser limpo e destinado apenas a esse fim – diz.

Ele lembra que, no Brasil, 80% dos produtores fazem a ordenha manual e apenas 10% tiram leite com contagem bacteriana abaixo de 100 mil.

Leite americano X Leite brasileiro

Avaliação	EUA	Brasil
CCS ⁽¹⁾	320 mil	496 mil
CBT ⁽²⁾	25 mil	462 mil
ATB ⁽³⁾	0,1 %	1,1 %
Gordura	3,7 %	3,54 %
Proteína	3,4 %	3,17 %
Sólidos totais	12,8	12,14

(1)CCS: Contagem Célula Somática
(2)CBT: Contagem de Bactérias Total
(3)ATB: Antibióticos

Fonte: Pesquisa realizada pela Clínica do Leite da Universidade de São Paulo, com 280 mil amostras de leite.

FRAUDE Pesquisadora da Unicamp diz que consumidor brasileiro deve avaliar gosto, cheiro e aspecto do produto

Estudo aponta “defeitos” do leite

O consumidor brasileiro precisa estar mais atento ao leite que consome. É necessário fazer uma análise sensorial – difícil, mas não impossível – do produto que adquire. No caso do leite, o paladar, o odor e o aspecto são importantes para detectar o produto de melhor qualidade. A dica é da pesquisadora Georgiana Aires, que, em seu doutorado na Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, detectou 21 defeitos (termo técnico) no sabor do leite.

– O leite de qualidade tem de ter sabor levemente adocicado e não pode deixar nenhum outro gosto residual na boca – diz.

Quando o consumidor estranhar o sabor do leite, enfatiza, é preciso trocar de marca e de pasteurizado para UHT (esterilizado), ou vice-versa, até conseguir o melhor produto.

Depois de consumir leite nos Estados Unidos, na Europa e no Canadá, Georgiana notou que no Brasil o produto apresenta muita alteração no sabor. E que, talvez por isso, muitas pessoas acabam por adicionar produtos como chocolate e café, que mascaram o sabor original da bebida.

Alterações no sabor do produto

Para a pesquisa, Georgiana treinou pessoas que pudessem identificar defeitos como ácido, aguado, cozido, queimado, caramelizado, ranço, amargo, doce, salgado, sem frescor (gosto de velho), silagem (alimento da vaca), frutado, maltado, de curral, estranho, oxidado pela luz, oxidado por metal e sujo.

Com base nos defeitos, os



JOEL SILVA/FOLHA IMAGEM

Mesmo pasteurizado ou esterilizado, o leite não perde totalmente eventuais odores absorvidos do ambiente durante a ordenha

degustadores treinados classificaram o leite como excelente, bom, satisfatório, pobre e sem condições de consumo. Com amostras da região de Campinas (SP), o leite, tipos A e B, obteve na média a classificação de satisfatório a pobre.

A qualidade, segundo Georgiana, está diretamente ligada à ordenha. Quanto menor a contaminação do leite, melhor ele será, diz a pesquisadora.

Além disso, a saúde do animal, o tratamento técnico, a exposição à luz solar ou artificial, o curral, as fezes e a urina da vaca interferem na qualidade, porque o leite absorve os odores do ambiente.

Produção informal ainda é grande

A produção de leite informal ainda é muito grande no país. Dos quase 25 bilhões de litros produzidos em 2005, 8,4 bilhões – ou um terço – não passaram por qualquer inspeção.

Essa realidade precisa ser modificada, segundo o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Leite Brasil), Jorge Rubez.

– É leite vendido de porta em porta, em feiras e sem a higiene necessária – diz ele.

Para Rubez, as fraudes em cooperativas mineiras não refletem

o trabalho da maior parte das empresas no país.

– O governo tem de intensificar a fiscalização nas indústrias, que também se interessam pela qualidade. O produtor, que quer receber melhor pelo seu produto, não vai fraudar, porque qualidade vale dinheiro – afirma Rubez.

Dos 1,3 milhão de produtores de leite no país, 90% são pequenos e produzem até dez litros por dia, respondendo por 26% da produção. Os outros 10%, compostos de médios e grandes,

é que abastecem as prateleiras, já que representam 64% da produção.

O preço médio do leite pago ao produtor é de R\$ 0,65 por litro, podendo chegar a R\$ 0,80 nos que oferecem melhor qualidade.

Depois da Instrução Normativa 51, de 2005, que trata da melhoria da qualidade do leite, o país deixou de importar e passou a exportar. Espera-se que ocorra neste ano um superávit de US\$ 35 milhões na balança comercial dos lácteos.

Leite

Classificação mundial dos principais países produtores de leite de vaca - 2006

	Países	Produção de leite (mil t) 2006	Participação (%)
1º	Estados Unidos	82.463	15,0
2º	Índia	39.775	7,2
3º	China	32.249	5,7
4º	Rússia	31.074	5,7
5º	Alemanha	28.453	5,2
6º	Brasil	25.333	4,6
7º	França	24.195	4,4
8º	Reino Unido	14.577	2,7
9º	Nova Zelândia	14.498	2,6
10º	Ucrânia	12.988	2,4
11º	Polônia	11.982	2,2
12º	Itália	11.012	2,0
13º	Países Baixos	10.532	1,9
14º	Austrália	10.250	1,9
15º	México	10.029	1,8
16º	Turquia	10.026	1,8
17º	Paquistão	9.404	1,7
18º	Japão	8.133	1,5
19º	Argentina	8.100	1,5
20º	Canadá	8.100	1,5
	Outros países	146.521	26,7
	Total	549.694	100,0

Fonte: FAO
Elaboração: R. Zoccal - Embrapa Gado de Leite
Atualização: outubro/2007

1 Litro

Comportamento das vendas internas de leite longa vida - 1990/2005

Milhões de litros

Ano	Total leite fluido	Leite longa vida	Participação mercado (%)
1990	4.241	187	4,4
1991	3.951	204	5,2
1992	3.693	355	9,6
1993	3.162	456	14,4
1994	3.615	730	20,2
1995	4.200	1.050	25,0
1996	4.535	1.700	37,5
1997	4.720	2.450	51,9
1998	5.080	3.100	61,0
1999	5.125	3.425	66,8
2000	5.230	3.600	68,8
2001	5.390	3.950	73,3
2002	5.700	4.220	74,0
2003	5.767	4.227	73,3
2004	5.993	4.403	73,5
2005	6.502	4.804	73,9

Fonte: Associação Brasileira do Leite Longa Vida
Atualizado em agosto/2006

Demanda de produção de leite no Brasil

Faixas de idade	Recomendação litros/ano	População 2000	Demanda (milhões litros/ano)
Crianças (até 10 anos)	146	32.918.055	4.806
Adolescentes (10 a 19 anos)	256	35.287.882	9.034
Adultos (20 a 60 anos)	219	95.239.239	20.857
Idosos (maiores de 60 anos)	219	6.353.994	1.392
Total		169.799.170	36.089

Fontes: Ministério da Saúde e IBGE
Elaboração: R. Zoccal - Embrapa Gado de Leite

INVESTIGAÇÕES

Conselho pode julgar Renan na quarta-feira

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que se sente em condições de apresentar nesta quarta-feira o relatório sobre a terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. O processo trata de suposta sociedade secreta entre Renan e o usineiro João Lyra em duas rádios e um jornal.

Os outros dois processos estão sobrestados, e aguardam a votação do relatório de Jefferson Péres. Assim, o desfecho das três representações contra Renan pode acontecer no dia 22, quando ocorreria a votação em Plenário. É o que sugerem vários senadores, dentre eles o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO).

Jefferson ressaltou que só não fará a leitura do seu parecer no dia 14 se Quintanilha preferir marcar a reunião do conselho no dia 20. Já a assessoria de Quintanilha informou que a data da leitura será a que Jefferson escolher.

- Com os depoimentos que

tenho e os próximos, mais a documentação que estou examinando, poderei apresentar as conclusões - afirmou Jefferson.

Ele disse ter aproveitado o depoimento de Lyra ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP). E ouviu outras testemunhas: o juiz federal Marcelo Tadeu de Oliveira, que acusa Lyra de ser mandante de um assassinato, e José Amilton Barbosa dos Santos, contador de *O Jornal*, uma das empresas da suposta sociedade secreta.

No dia 13 será ouvido o governador de Alagoas e aliado político de Renan, Teotônio Vilela Filho (PSDB). E podem depor o empresário Nazário Pimentel, que teria vendido o grupo de comunicação a Renan e Lyra; o funcionário Carlos Santa Rita, do gabinete de Renan; e Sérgio Ferreira, que disse conhecer as operações do usineiro. Já o empresário José Queiroz de Oliveira não quis falar.

O relator ainda aguarda as respostas enviadas ao primo de Renan, Ildelfonso Tito Uchoa, acusado de ser um dos testas-de-ferro da suposta sociedade.

CPI mista do Futebol perde apoio na Câmara

A ausência de apenas três assinaturas de deputados impediu que o Congresso Nacional criasse na última quinta-feira a comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar denúncias de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária nos clubes de futebol brasileiros (CPMI do Futebol). Na Câmara, foram registradas 168 assinaturas quando o número mínimo era de 171. Já no Senado houve folga: 39 parlamentares assinaram pela CPI.

O requerimento que pedia a criação da comissão foi lido na sessão do Congresso na última quinta-feira, mas como não foi atingido o número mínimo acabou arquivado.

No último dia 30, o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) recolheu na Câmara assinaturas para criação da CPI e entregou à Mesa do Congresso requerimento contendo a rubrica de 209 deputados, mas houve, depois, retirada de 38 assinaturas.

- A CPI não foi criada em virtude de alguns parlamentares terem se submetido a indevidas pressões de cartolas e de dirigentes da Confederação Brasileira

de Futebol (CBF) - protestou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responsável pela coleta de assinaturas no Senado.

Para Alvaro Dias, o Congresso Nacional "se amesquinhou ao fechar os olhos para a corrupção no futebol". A criação da CPI ganhou força após vir à tona o escândalo envolvendo a parceria entre a Media Sports Investment (MSI), do empresário iraniano Kia Joorabchian, com o Sport Club Corinthians Paulista.



Alvaro Dias lamentou o Congresso ter se "amesquinhado ao fechar os olhos para a corrupção no setor"



Renan Calheiros conversa com jornalistas: ironia quanto às discussões "paralelas" sobre sua sucessão

Renan retorna para defender seu mandato

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que tem como prioridade no momento provar sua inocência nos quatro processos que correm contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

- Estou colhendo material para que tudo fique sobejamente explicado - afirmou a um grupo de jornalistas durante breve conversa na tribuna de imprensa do Plenário do Senado.

Sobre a discussão em torno de sua sucessão, foi ao mesmo tempo taxativo e irônico:

- Não estou participando dessa discussão. Ela ocorre paralela a mim. E como vocês sabem, as paralelas nunca se encontram - disse.

Depois de dez dias em licença médica, Renan voltou ao Senado na última segunda-feira, dia 5, mas só na terça compareceu à sessão plenária. Ocupou um lugar na bancada de Alagoas enquanto a sessão era presidida pelo senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente da Casa e presidente interino, já que Renan licenciou-se do cargo por 45 dias em 11 de outubro.

Aparentando tranqüilidade e bom humor, o parlamentar alagoano não quis comentar a possibilidade de renúncia ao cargo de presidente.

- A cada dia, sua agonia. Voltei

ao trabalho para atender às expectativas dos que me elegeram - respondeu aos repórteres. "O dia 25 ainda está muito longe", completou, referindo-se ao último dia de licença da Presidência.

"Estou colhendo material para que tudo fique sobejamente explicado"

Renan recebeu inúmeros pedidos de entrevista, mas ponderou que decidiu voltar às atividades legislativas "com a maior discrição possível". Embora considere

necessário somar forças para que o Senado se conscientize da importância da aprovação da CPMF, disse que não está acompanhando de perto a negociação entre o governo e a oposição.

Irregularidades interrompem repasses

O Ministério da Educação só fez repasse de recursos para as organizações não-governamentais (ONGs) até 2006. A afirmação é do presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Silva Balaban, que prestou depoimento à CPI das ONGs na semana passada. Ele afirmou que foram feitas auditorias e foram interrompidos os convênios em que havia irregularidades.

De acordo com Balaban, os recursos eram destinados principalmente a ONGs que alfabetizavam em locais onde o Estado não tem estrutura para desempenhar a tarefa. Atualmente, disse, o FNDE atende 130 mil escolas e o dinheiro é repassado diretamente à conta de cada colégio, de acordo com o número de alunos.

O auditor-chefe do FNDE, Gil Pinto Loja Neto, afirmou que

os repasses do fundo são fiscalizados pelo próprio FNDE, por outros órgãos do governo e por instituições internacionais.

A secretária nacional de Assistência Social do Ministério de Assistência Social e Combate à Fome e representante do Fundo Nacional de Assistência

Social (FNAS), Ana Lígia Gomes, declarou que o fundo não faz repasses diretos a ONGs: os recursos são enviados a fundos de estados e municípios.

Nesta terça-feira a CPI ouviu mais três depoimentos, além de votar requerimentos de parlamentares.



Inácio Arruda (E) e Raimundo Colombo, respectivamente relator e presidente da CPI das ONGs, ouvem representantes de fundos

Presidente da Fundação Banco do Brasil nega déficit

Em depoimento à CPI das ONGs, o presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena, negou que a entidade tenha apresentado um déficit de R\$ 35 milhões no balanço de 2005, em resposta a questionamento feito pelo senador Alvaro Dias. Pena também contestou afirmações sobre gastos de R\$ 11 milhões em cartões corporativos, além de R\$ 31 milhões em deslocamentos, pagos por meio de cartão Visa

Viagem. Conforme explicou, esses valores "são inviáveis na estrutura da administração da fundação, que consome aproximadamente R\$ 3 milhões mensais".

Pena atribuiu os valores relacionados aos cartões corporativos e às viagens a um equívoco de legenda no Relatório de Gestão de 2005, expressa incorretamente em milhares, e não em unidades de real. O correto, segundo ele, seria R\$

10,7 mil, com cartão empresarial, e R\$ 30,6 em despesas de viagens.

O presidente da fundação explicou que a escolha das ONGs beneficiadas pela entidade é feita pelos ministérios, mas que a utilização do dinheiro deve ser decidida por meio de licitação. Os recursos são depositados em agências do Banco do Brasil e movimentado pelos responsáveis pelos projetos, esclareceu ele.

COMISSÕES

Brasil é o quarto emissor de gases do efeito estufa

Durante o seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*, realizado na quinta-feira, a analista em mudanças climáticas do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil) Karen Suassuna informou que o Brasil é o quarto emissor mundial de gases do efeito estufa. Ela explicou que, do total emitido no país, 62% advêm das queimadas, 16% do setor energético e 22% da agricultura. O evento, que se realizou no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, foi promovido pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Segundo a especialista, essas informações constam de um es-

tudo elaborado pela WWF-Brasil com cenários a partir de 2004. O documento traz como conclusão a necessidade de o governo planejar a eficiência energética e não tratar o tema como programa de menor importância, como vem ocorrendo.

Em estudo similar, o Greenpeace apresentou um cenário até 2050, com ênfase no uso de energia renovável e limpa. O coordenador de campanhas do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo, apresentou sugestões para combater o aquecimento global e evitar catástrofes ambientais: medidas contra o desmatamento e as queimadas, criação de áreas de proteção ambiental, preservação das florestas e diversificação da matriz energética.



Telma Krug (E), do Ministério do Meio Ambiente, com Renato Casagrande: desenvolvimento pode ocorrer sem dano à natureza

Seminário discute fontes alternativas de energia

O Brasil é protagonista no debate internacional sobre mudanças climáticas e fontes energéticas alternativas e, portanto, deve posicionar-se de forma responsável perante os demais países, observou Renato Casagrande (PSB-ES), relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, durante o seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*, realizado na quinta-feira no auditório do Programa Interlegis.

Já o vice-presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), criticou a postura de muitos países de pensar apenas no crescimento econômico, sem

preocupação com o meio ambiente. Nesse sentido, disse, o relatório a ser apresentado por Casagrande constituirá a contribuição do Brasil à discussão mundial do assunto. Malta sugeriu que a comissão mista passe a funcionar de forma permanente no Congresso Nacional.

A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, afirmou que o governo entende que o processo de desenvolvimento não precisa ocorrer com dano ao meio ambiente. Para ela, a busca de alternativas energéticas não significa impedimento ao crescimento econômico.

Unesco: ciência pode gerar paz e desenvolvimento

Durante audiência promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) na quarta-feira, para debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento, o representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Vincent Defourny, desafiou os jovens brasileiros a estudarem, usando a ciência e a pesquisa como forma de garantir o desenvolvimento sustentável do país.

Nesse sentido, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu que o Congresso crie um prêmio para estimular os pesquisadores brasileiros.

A audiência foi realizada graças a requerimento de Flávio Arns (PT-PR). Durante a reunião, o presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), premiou estudantes que venceram o concurso “Ciência e vida nas regiões polares”, promovido pela Unesco e diversos parceiros, entre os quais a própria CCT.



Comissão de Infra-Estrutura, presidida por Marconi (seg. à dir.): setor energético também terá audiência

TCU aponta falhas em 34% das obras do Dnit

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que cerca de 34% das obras na esfera do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) apresentam indícios de irregularidades, contra uma média de 20% no conjunto dos projetos com recursos federais. A informação foi prestada por representantes do órgão, na quinta-feira, em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que tratou das irregularidades apontadas no relatório e pareceres do TCU referentes às contas do governo no exercício de 2006, já encaminhados ao Congresso.

O titular da Secretaria de Obras e Fiscalização (Secof) do órgão de controle externo, André Kresh, afirmou que as irregularidades em obras do Dnit têm persistido ao longo dos anos. Em resposta a questionamentos feitos por

Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI, ele opinou que a falta de estrutura e a carência de pessoal qualificado podem estar comprometendo a atuação do Dnit. Kresh considera necessário paralisar as obras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando irregulares, mesmo que essa medida possa comprometer as metas fixadas pelo governo para o programa.

– Paralisar uma obra com irregularidade grave é um investimento no futuro da nação. A paralisação serve para sinalizar que a sociedade não aceita procedimentos irregulares – observou Kresh.

O assessor parlamentar do TCU Cláudio Autoniam aproveitou para chamar a atenção sobre o

peso dos gastos do governo federal na área de energia. Observou que, em apenas 38 fiscalizações neste ano, foram verificadas as aplicações em projetos no valor global de R\$ 23,9 milhões. Na área de transportes, com quatro

vezes mais ações de fiscalização (138), as análises só alcançaram projetos que, somados, envolvem dotações limitadas a R\$ 5,6 milhões.

Autoniam esclareceu, em resposta a Tasso Jereissati (PSDB-CE), que os dados não devem ser automaticamente interpretados como indicação de que as irregularidades sejam maiores no setor de energia. Mesmo assim, senadores tucanos pediram uma nova audiência para examinar as irregularidades detectadas nesse setor.

Irregularidades no órgão persistem ao longo dos anos, diz tribunal

Projeto beneficia produção local de rádio e TV

Em audiência da Comissão de Educação (CE), o presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu a aprovação ainda este ano do projeto da ex-deputada Jandira Feghali que determina um percentual mínimo de 40% de produção regional nas emissoras de rádio e televisão (PLC 059/03).

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marisa Serrano (PSDB-MS), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Ideli Salvatti (PT-SC) defenderam a proposta de estímulo à produção local de televisão.

Durante o debate, Jandira Feghali, que atualmente é secretária municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói (RJ), informou que o projeto foi apresentado em 1991 e somente foi aprovado na Câmara em 2003.

– Foram 12 anos de negociações e debates com representantes da Rede Globo, Record, SBT e de todas as entidades do setor para chegarmos a um acordo de líderes na Câmara, mas esse acordo não valeu no Senado, onde o projeto já está tramitando há quatro anos – disse ela.

Jandira Feghali afirmou ainda que o projeto, além de estimular a produção local, incentiva a produção independente.

Na audiência, o diretor Corporativo da TV Record, Márcio Novaes, afirmou que não é contra o projeto, mas não concorda com os percentuais estipulados para a produção independente e local.

Preparativos para Copa de 2014 serão debatidos na CE

Os preparativos para a realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014 serão debatidos em audiência da Comissão de Educação (CE), segundo requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado na terça-feira. Deverão ser convidados a participar da audiência o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, além do ex-jogador Pelé.

Ao apresentar seu requerimento, a senadora lembrou que, após promover um balanço dos resultados dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a CE deveria acompanhar passo a passo os preparativos para a Copa do Mundo.

– Como temos algum tempo para nos preparar, é importante que o Congresso Nacional e esta comissão, em particular, cuidem para que o evento tenha uma organização perfeita, que possa ajudar na divulgação de nosso país – disse.

A inclusão de Pelé entre os convidados foi sugerida pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O parlamentar lamentou a ausência do ex-jogador na cerimônia de indicação do Brasil como sede da Copa de 2014.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou ser “absolutamente favorável” à realização da Copa de 2014 no Brasil. O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), por sua vez, lembrou que já se passaram muitos anos desde que o Brasil sediou o evento, em 1950.

PLENÁRIO

Mão Santa cobra a instalação de ZPE em Parnaíba

A instalação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Parnaíba (PI), de acordo com o projeto original – elaborado em 1988 durante o governo Sarney –, foi defendida por Mão Santa (PMDB-PI).

O senador apelou ao presidente Lula para que siga esse projeto que, segundo Mão Santa, nunca foi executado por força da *lobby* do setor industrial do Sudeste.

– A criação das ZPEs foi um ato de genialidade do governo Sarney, foi um momento de inspiração extraordinária – avaliou.

Ele também criticou a PEC que prorroga a CPMF. Ele disse que a contribuição foi criada como um “balão de oxigênio” para atender a uma situação de emergência na saúde, mas foi desviada para outros setores.

O senador ainda enalteceu o trabalho da Agência Senado, informando que a página na internet tem a expectativa de atingir, até o final deste ano, 11 milhões de acessos. Em 2006, a página foi visitada 6 milhões de vezes.

Já foram criadas no país 17 zonas de exportação

As ZPEs são áreas de livre comércio nas quais as indústrias destinam a maior parte de sua produção para o mercado externo, tendo benefícios administrativos, isenção de tributos e liberdade cambial. Existem no país 17 ZPEs, nenhuma delas ainda em funcionamento. Quatro já estão com a infra-estrutura construída e esperam pelo alfanfegamento da área: Araguaína (TO), Imbituba (SC), Rio Grande (RS) e Teófilo Otoni (MG).

Lobão defende ensino profissionalizante

Os cursos de ensino profissionalizante devem ser prioridade no Brasil, de acordo com Edison Lobão (PMDB-MA). O senador disse que vai cobrar do governo federal a construção de mais 70 escolas técnicas em todo o país, conforme foi anunciado pelo Ministério da Educação recentemente. No Maranhão, a expectativa é que sejam erguidas oito escolas técnicas federais entre 2008 e 2010, destacou Lobão, que pediu também um colégio para São Raimundo das Mangabeiras (MA).

– Precisamos dar aos brasileiros condições para se desenvolverem e cuidarem da própria vida. A escola é esse caminho, não há outro.

O senador ressaltou que os estados têm grande dificuldade em arcar com a construção dos estabelecimentos de ensino e que, por isso, a participação

do governo federal “se faz urgentíssima”. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego citados por Lobão, neste ano foram abertas 1,5 milhão de vagas. No entanto, apenas 720 mil foram preenchidas, porque não havia pessoas suficientes com capacitação, disse.

A educação superior, de acordo com o senador, apesar de importante, não se traduz necessariamente em melhores condições de vida. Para Lobão, isso pode ser comprovado diante dos “baixos salários pagos atualmente aos médicos” e pela “saturação do mercado de advogados”.

– Por outro lado, basta a economia registrar uma pequena



Lobão afirma que vai cobrar do governo federal a construção de 70 escolas técnicas

melhora para haver carência de pessoal qualificado para operar determinados equipamentos ou exercer funções técnicas intermediárias – assinalou.

Em apertes, Cristovam Buarque (PDT-DF), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o discurso e pediram mais escolas de ensino profissionalizante no Brasil.

Cristovam: inteligência é energia preciosa

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou as comemorações do governo pela descoberta de uma jazida de petróleo, afirmando que o fato é resultado de 50 anos de trabalho também dos governos anteriores em torno da Petrobras e que, enquanto isso, está sendo esquecida “uma energia preciosa, que se renova todos os dias e pode operar prodígios”: a situação escolar das crianças.

– É uma pena que não cuidemos da inteligência de nossas crianças com o mesmo empenho que dedicamos às reservas de petróleo – destacou.

Sobre a descoberta da nova reserva, Cristovam disse que ainda é preciso cercar a notícia de cautela. Para o senador, será

necessário esperar a confirmação efetiva da descoberta, porque o fato de o anúncio do governo surgir, exatamente, quando há notícias ruins sobre o mercado do gás natural e as negociações com a Bolívia suscitou dúvidas.

O senador afirmou que, por enquanto, somente os acionistas da Petrobras tiveram 14% de lucro em suas ações, e o resto do país ainda não ganhou nada.

– O verdadeiro poço de petróleo de cada um é o seu filho, a energia de sua inteligência. Cada pai e mãe precisa ir até a escola de seus filhos para motivar os professores a ensinar e exigir que eles utilizem tecnologia e esforço para dinamizar o potencial de cada criança – afirmou.

Segundo Cristovam, se não

fosse a inteligência dos técnicos brasileiros, o petróleo continuaria inerte, sem gerar riqueza. Para o senador, é preciso fundar “uma espécie de Escolabrás”, uma entidade que reuniria as 168 mil escolas do país para desenvolver a inteligência dos brasileiros.

Cristovam ainda lamentou que o governo esteja comemorando o fato de conceder, a 40 milhões de pessoas, uma “pequena” Bolsa Família. Para ele, o bom seria ninguém precisar dessa bolsa e cada cidadão ser capaz de prover sua próprias necessidades.

Em apertes, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apoiou o pronunciamento, e Mão Santa (PMDB-PI) pediu que ele fosse publicado na coletânea dos melhores discursos do Senado.

Mozarildo propõe mudanças para evitar “falcatruas” na Funasa

Mudanças no modelo de atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram sugeridas por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador propõe que a fundação passe a ser a coordenadora e a fiscalizadora das políticas nacionais do setor.

Mozarildo ressaltou que só defenderá a extinção da Funasa “em último caso”, se não for possível fazer as mudanças necessárias. Ele buscou tranquilizar os “servidores honestos de carreira”, dizendo que, se houver extinção, todos serão aproveitados em órgãos do Ministério da Saúde.

O senador também pediu aos servidores que contribuíam com as investigações que estão sendo feitas na Funasa, denunciando ao Ministério Público e à Polícia Federal “as falcatruas” que, afirmou, existem nos convênios firmados entre a Funasa e organizações não-governamentais.

– Não pode continuar esse modelo de intervenção federal numa área que não é da competência do governo federal, que é cuidar da saúde das pessoas que vivem nos municípios, das comunidades indígenas – disse.

Segundo ele, “como a Funasa não tem estrutura de médico nem de pessoal da saúde em geral, ela contrata instituições que não têm especialização para fazer o serviço”.

– E contrata já de propósito para poder roubar, mancomunados com maus dirigentes da Funasa e com políticos que indicam esses dirigentes – afirmou.

Mozarildo informou que irá requerer à CPI das ONGs que aprofunde as investigações sobre todas as organizações que receberam recursos da Funasa em Roraima, e que “passe um pente fino” nos convênios da fundação em todo o país.

Senado homenageia o ex-presidente da Casa Ramez Tebet

O Plenário homenageou na última quarta-feira o ex-senador Ramez Tebet, falecido em novembro do ano passado e que completaria 71 anos. Tebet representava o estado de Mato Grosso do Sul, e presidiu o Senado entre 2001 e 2003. Compuseram a Mesa o governador do estado, André Pucinelli (PMDB), e os filhos do ex-senador, Rodrigo e Simone Tebet, prefeita de Três Lagoas (MS), cidade natal do homenageado. Também compareceram prefeitos, vereadores e deputados estaduais de Mato Grosso do Sul.

Tebet nasceu em 7 de novembro de 1936. Formou-se em Direito e foi promotor público em Três Lagoas. Em 1975, assumiu a prefeitura do município e, em 1986, elegeu-se governador de Mato Grosso do Sul. O ex-senador exerceu ainda os cargos de deputado estadual e de ministro da Integração Nacional.



Tião Viana (C) preside sessão especial, entre Papaléo Paes (E) e Rodrigo Tebet, filho do homenageado, Ramez Tebet (telão)

O requerimento para a realização da sessão foi apresentado por Valter Pereira (PMDB-MS), que assumiu o mandato no lugar de Tebet na condição de primeiro suplente. Valter Pereira atribuiu a Tebet medidas como a criação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis)

e a Lei de Falências, da qual o ex-parlamentar foi relator.

Durante a sessão, o presidente interino do Senado, Tião Viana, disse que Tebet foi “alguém que soube ser grande nas pequenas coisas, preciso na palavra certa e modelar nos gestos irreprensíveis”. O líder do PMDB,

Valdir Raupp (RO), ressaltou as afinidades que descobriu com Ramez Tebet. “Éramos correligionários e defendíamos com garra, com convicção, as cores do nosso PMDB.”

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que, instantes antes da morte de Tebet, vítima de um câncer, fez com ele, por telefone, uma oração. Para Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet “foi uma das pessoas mais corretas, mais puras e mais dignas” que conheceu na vida pública. Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que o ex-presidente da Casa foi um exemplo a ser seguido pela atual e também pelas futuras gerações.

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), Ramez Tebet era “um homem de vergonha, decência e virtude”. Com o exemplo deixado pelo peemedebista Tebet, o senador disse acreditar que o partido persistirá no de-

sejo de acertar. De acordo com Papaléo Paes (PSDB-AP), Tebet notabilizou-se não apenas como um defensor incansável do seu estado, mas como um senador preocupado com o padrão ético do Senado e do país.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou de quando Tebet havia sido eleito para presidir o Senado e um grupo de deputados o insultou, na tentativa de inviabilizar sua autoridade. Tebet, mesmo com todas as saídas laterais possíveis do Plenário da Câmara, decidiu “enfrentar os grosseiros manifestantes”, disse Virgílio.

Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que os exemplos deixados por Tebet são tão necessários que devem ser cultivados. Já o líder do DEM, José Agripino (RN), classificou Tebet como um grande companheiro e um homem que teve preferências sem ter rejeições.

Voz do Leitor

CPMF

“Considero a CPMF um imposto justo, porque incide proporcionalmente à movimentação financeira de ricos e pobres, e sua cobrança é sistematizada. A CPMF deveria ter sua alíquota aumentada, mas dever-se-ia eliminar ou diminuir alguns impostos que penalizam apenas alguns segmentos. Só espero que não acabem com a CPMF ou diminuam sua alíquota, e aumentem ou criem outros impostos que penalizem apenas determinadas categorias, deixando altos rendimentos sem cobrança por não existir controle eficiente.”

João Airton Guassi, de Piracicaba (SP)

CARTEIROS

“Trabalho nos Correios e gostaria muito de ver sancionado o adicional de periculosidade para os carteiros, pois em nosso dia-a-dia estamos sempre expostos a muitos fatores de risco, como possíveis ataques de cães, assaltos e atropelamentos.”

Carlos Augusto Ouverney Alves, de Volta Redonda (RJ)

REFORMA DO JUDICIÁRIO

“A criação do poder judiciário municipal deverá fazer parte da reforma judiciária e abrirá portas para novos empregos com níveis e mensalidades renovadas.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

EXAME OAB

“Parabenizo a iniciativa do senador Gilvam Borges de apresentar proposta para acabar com o famigerado exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que a cada dia é mais rigoroso, não com o intuito de melhorar o

ensino, mas sim para tentar diminuir a concorrência aos ‘tubarões’ da OAB. É um cartel.”

Moyses Cheid Junior, de São Bernardo do Campo (SP)

EMPREGOS

“O orçamento público já alcança um valor equivalente a 40% do produto interno bruto (PIB), 36% do montante é gasto para pagamento e despesas financeiras. Quantos empregos são gerados por esses gastos?”

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

SEGURANÇA

“Parabenizo a Força Nacional de Segurança, cujo trabalho – em ação conjunta com as polícias do Distrito Federal e de Goiás, realizado desde 19 de outubro – já vem surtindo efeito nas cidades do Entorno do DF. Como cidadão, já posso voltar do trabalho com um pouco mais de tranquilidade, sem ser mais uma vítima da banditagem.”

Romildo Batista da Costa, de Luziânia (GO)

TARIFA DE BANCO

“Sugiro a criação de um projeto de lei que obrigue os bancos a cobrarem suas tarifas de cheque especial semestralmente.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)

CORRUPÇÃO

“Já houve problemas com o mensalão, os sanguessugas e a Infraero. Quantos escândalos vão acontecer para que o atual presidente da República adote medidas para combater a corrupção no Brasil?”

Miguel Naracci, de São Joaquim de Bicas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Um diálogo à espera de frutos: a proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega (ao fundo, entre os governistas Aloizio Mercadante (E) e Romero Jucá), para que o PSDB aprove a prorrogação da CPMF não convenceu os senadores tucanos. Eles estiveram representados no encontro por Tasso Jereissati (E), Sérgio Guerra (D) e Arthur Virgílio



Ambiente legal

Wight: de Hendrix ao sustentável

A ilha de Wight, ao sul da Inglaterra, planeja utilizar apenas energias renováveis. A administração se propõe a mover a frota de ônibus com a energia gerada pelos excrementos das 5.550 vacas do rebanho local. A energia das marés poderia ser exportada para o resto da Inglaterra. A conversão ecológica da ilha é vista como a melhor maneira de estimular a economia local. A ilha de Wight tornou-se famosa com a realização, em 1970, de um festival que reuniu



nomes como Jimmy Hendrix (foto), The Who, The Doors e Jethro Tull.

O gás do desmatamento

O desmatamento faz com que o Brasil continue entre os maiores emissores de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás do efeito estufa. Projeção feita pelo especialista José Goldemberg, da USP, mostra que o país emitiu 1,141 bilhão de toneladas no ano passado, das quais 855 milhões (75%) seriam causados pelo

corte e queimada da floresta. A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, afirma, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, que o número está superestimado. Ela projeta em torno de 684 milhões de toneladas as emissões provenientes do desmatamento da Amazônia em 2006.

Risco ao banco de gelo do Ártico

O banco de gelo do Ártico desaparecerá até 2023 (muito antes do previsto pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC) se o degelo registrado no verão prosseguir no ritmo atual. Isso causará enormes transtornos climáticos na Europa, conforme advertiu o coordenador do projeto Damocles, Jean-Claude Gascard. A grande diminuição do banco de gelo no verão foi constatada pela expedição ao local iniciada em setembro de 2006.

Para enfrentar a obesidade e outros fatores de risco, o governo britânico pretende criar dez cidades ecológicas de até 20 mil habitantes. Nelas, todas as crianças seriam pesadas regularmente, os estudantes utilizariam bicicletas, as escolas incentivariam o consumo de alimentos saudáveis e a prática de esportes, e haveria consultórios médicos em diversos pontos. O governo estuda também a possibilidade de reprojeter cidades insalubres da Inglaterra e até alguns bairros de Londres.

NOVOS VEÍCULOS HÍBRIDOS - Mais dois veículos contra a poluição. A montadora alemã Audi anuncia o Metroproject Quattro, que, nos testes, fez 100 km com 4,9 litros de combustível no modo híbrido. Já no modo elétrico, com emissão zero de CO₂, o veículo tem autonomia de 100 km, mais que o suficiente para o uso diário da maioria das pessoas. A outra novidade vem da Califórnia: o Apta promete rodar 200 km sem necessidade de recarregar a bateria.

Frases

“Tinha razão Monteiro Lobato quando colocava em xeque os conceitos emitidos por técnicos que vinham em nosso país produzir relatórios negativos sobre nossos potenciais nessa área de hidrocarbonetos”

Valter Pereira, comemorando descoberta de nova bacia petrolífera em Santos.

“A CPI não foi criada em virtude de alguns parlamentares terem se submetido a indevidas pressões de cartolas e de dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol”

Alvaro Dias, ao lamentar a retirada de assinaturas para a criação da CPMI do Futebol.

“Se essa proposta tramitar na Câmara, eu seria até atrevido em dizer que seria natimorta, porque não passará no Senado. Não passará!”

Romero Jucá, sobre especulações em torno de projeto que permite ao presidente Lula disputar a reeleição em 2010.

“Acho que a CPMF não passa, mas isso é igual a nuvem. Agora está assim, mas daqui a 15 minutos pode estar assado”

José Agripino, sobre a votação do projeto que prorroga a contribuição por quatro anos.

“Não tem como não aprovar a CPMF. Um representante de estado que não aprovar a CPMF é um irresponsável...”

Wellington Salgado, em defesa da prorrogação do chamado imposto do cheque.

“Não é uma lei que vai resolver todas as panacéias do mundo, mas estamos procurando coibir, de uma maneira equilibrada, aquilo que faz mal à sociedade”

Marcelo Crivella, autor da proposta que proíbe venda de bebida alcoólica em postos de gasolina.

“Se o abastecimento de gás natural é problemático, seguimos contando com a boa vontade de São Pedro, para que não nos faltem chuvas”

Flexa Ribeiro, sobre o corte no fornecimento do produto pela Petrobras.

Conexão Senado debate horário flexível para a Voz do Brasil

A flexibilização do horário de transmissão do programa *Voz do Brasil* é o tema do debate desta segunda-feira, às 12h, no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado. Três projetos que tratam do assunto estão em debate na Casa, discutido em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Uma das questões levantadas foi a dificuldade de fiscalizar a transmissão em caso de liberação do horário do programa, que hoje vai ao ar em rede nacional obrigatoriamente às 19h, salvo em casos autorizados por decisão judicial. Representantes das empresas de radiodifusão defendem o fim da obrigatoriedade de veiculação da *Voz do Brasil*, alegando haver notícias mais importantes a serem divulgadas aos ouvintes no horário, considerado nobre no rádio. Por outro lado, todos concordaram que o programa é importante especialmente para as populações de locais distantes de grandes centros. Nessas localidades ainda é reduzido o acesso a outros meios de comunicação que não o rádio.



Cineasta Luiz Carlos Barreto foi ouvido, em 1999, pela Subcomissão do Cinema Brasileiro

Dia do Cinema no Arquivo Aberto

O programa *Arquivo Aberto*, da Rádio Senado, resgata a origem do Dia do Cinema Brasileiro, comemorado em 5 de novembro. A data faz referência à primeira exibição de um filme brasileiro com imagens do centro do Rio de Janeiro, produzido pelo por-

tuêns Antônio Leal. O *Arquivo Aberto* também relembra a Subcomissão do Cinema Brasileiro, que em 1999 debateu o tema com atores, produtores e cineastas, entre eles Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos e Luiz Carlos Barreto.

Discursos, como o do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em novembro de 2000, sobre o filme *Cidade de Deus*, também são lembrados. O programa vai ao ar nesta segunda, às 11h30, com reprises na quarta (20h), sexta (16h), sábado (9h30) e domingo (14h).

Um dia para celebrar a amizade com a Argentina

Brasileiros e argentinos poderão ganhar um dia para celebrar a amizade entre Brasil e Argentina. A proposta está sendo examinada pelo Senado. E como ficam as relações entre os dois países após a eleição de Cristina Kirchner para a Presidência da República? Os detalhes estão no *Diplomacia*, a revista de política internacional da TV Senado.

O ritmo do crescimento no Senado Economia

Os empecilhos para um crescimento mais acelerado da economia brasileira estão entre os temas do *Senado Economia*, que vai ao ar às 8h30 desta segunda-feira pela Rádio Senado. Será ouvida a diretora de Desenvolvimento Econômico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Luciana de Sá, que falará sobre educação, carga tributária e burocracia.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Dia da Bandeira
19 DE NOVEMBRO ■ SEGUNDA-FEIRA ■ 11h45 ■ PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL

Cerimônia de hasteamento da Bandeira

Tragam seus filhos e venham participar desse evento cívico!

Inscrições obrigatórias na Secretaria de Relações Públicas nos ramais 3343, 1582 e 3344 ou no e-mail srventos@senado.gov.br

SENADO FEDERAL | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Congresso festeja Dia da Bandeira na próxima segunda, 19 de novembro

Em comemoração ao Dia da Bandeira, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados promovem no próximo dia 19, na rampa do Congresso, solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional. A cerimônia, a ser iniciada às 11h45, contará com um desfile de bandeiras históricas do Brasil e com a apresentação da banda de

música do Exército Brasileiro.

Além de parlamentares e autoridades, participam do evento alunos do ensino fundamental e o grupo de escoteiros Liz do Lago, do Distrito Federal.

Na ocasião, estará aberta à visitação pública a exposição *Símbolos Nacionais*, no espaço Senado Galeria.

Esta edição do Jornal do Senado deixa de publicar, excepcionalmente, a seção Resenha.

Arquivo aberto

Dia Nacional da Alfabetização

É comemorado em 14 de novembro o Dia Nacional da Alfabetização, criado pelo Decreto 59.452/66. A data lembra a publicação de outro decreto, da década de 30, que criou o Ministério da Educação e Cultura. Em 1995, o então senador Lúcio Alcântara não viu motivos para festa: “Não temos conquistas a comemorar no transcurso do Dia Nacional da Alfabetização”. E mais adiante: “O desenvolvimento da nação depende da superação dessa terrível chaga”. O **Jornal do Senado** mostrou, em maio de 2003, autoridades reunidas para realizar o lançamento da campanha da Unesco denominada Década para a Alfabetização no Brasil. O programa *Dedo de Prosa*, da Rádio Senado, produziu em fevereiro de 2006 matéria sobre o método cubano de alfabetização chamado “Sim, eu posso”.

Há 15 anos —

Em 18 de novembro de 1992 entrou em vigor a Lei 8.489/92, que dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de corpo humano com fins terapêuticos e científicos. Em outubro de 2005, o **Jornal do Senado** publicou informações sobre a doação de órgãos: “O Brasil é o segundo país no mundo em número de transplantes, atrás apenas dos Estados Unidos”. Ainda segundo o jornal, “por lei, pode ser doador em vida toda pessoa que tiver parentesco consanguíneo de até quarto grau com o indivíduo que receberá o órgão transplantado. Isso inclui pais, irmãos, filhos, avós, tios e primos. Além desses casos, cônjuges podem fazer doações, e quem apresentar autorização judicial.”



Há 10 anos —

Em 12 de novembro de 1997 entrou em vigor a Lei 9.507/97, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*. A *Revista de Informação Legislativa* 137 (1998) publicou artigo do professor de Direito da UERJ Arnold Wald e do advogado Rodrigo Garcia da Fonseca, que define o *habeas data* como “um meio posto à disposição das pessoas para que conheçam as informações a seu respeito constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, permitindo ainda que seja feita a retificação dos dados eventualmente inexatos”. E conclui: “O *habeas data* se torna, ao lado do *habeas corpus* e do mandado de segurança, um dos fatores do desenvolvimento cultural e político do país, pois consolida a sua estrutura jurídica e fortalece o Estado de direito”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

INTERLEGIS

Senadores saúdam os dez anos do Interlegis

Os dez anos de criação do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo foram comemorados na quarta-feira em sessão especial no Plenário do Senado, presidida pelo 1º secretário da Casa, Efraim Morais. Integraram a mesa da homenagem o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) José Luiz Lupo; o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia; o diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Márcio Sampaio Leão Marques, além do embaixador Edson Duarte Monteiro.

Efraim elogiou a dedicação e o esforço de todos os que contribuíram para a trajetória de sucesso do Interlegis, instituição que, segundo ele, assumiu a difícil tarefa de interligar todas as casas legislativas do país, “dotando o legislativo de condições para apoiar a consolidação da democracia no Brasil”. Destacou ainda a importância do apoio prestado pelo BID.

Desenvolvido pelo Senado em parceria com o BID, o Interlegis é um programa que tem por objetivo a modernização e a integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, além da promoção de maior transparência e interação com a sociedade. Por meio de novas tecnologias de informa-

ção, como internet e videoconferência, promove a comunicação e a troca de experiências entre as casas legislativas, e entre o Legislativo e o público, ampliando a participação da população no processo legislativo.

O Interlegis provê a infra-es-

trutura necessária para a interligação das casas legislativas e hoje já conta com a adesão de mais de 4 mil câmaras municipais, que possuem salas de multiuso com equipamentos para videoconferência, microcomputadores e impressoras.



O auditório do Interlegis recebeu na quarta-feira o nome do senador Antonio Carlos Magalhães, falecido no dia 20 de julho deste ano. O evento fez parte das comemorações dos dez anos do programa, Interlegis, comunidade virtual do Legislativo, lançado no dia 17 de novembro de 1997, durante a primeira gestão de Antonio Carlos na Presidência do Senado.

Apesar de parecer simples e modesta, explicou o presidente

interino do Senado, Tião Viana, a homenagem tem um significado muito maior, porque mostra a importância do Interlegis para a melhoria da gestão e integração das casas legislativas do país, possível a partir da aposta do senador ao fundar a instituição.

O autor do projeto que permitiu a renomeação do auditório foi Expedito Júnior (PR-RO), que manifestou alegria por ser essa a primeira proposição de sua autoria aprovada pelo Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editor-chefe: Eduardo Leão
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Evitando a gravidez na adolescência

LEONARDO WEN/FOLHA IMAGEM



Cerca de 33% dos adolescentes brasileiros entre 12 e 17 anos já tiveram relações sexuais. Dos que mantêm vida sexual, 48% não usam preservativo (Unicef, 2002)

A adolescência vai dos dez aos 19 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). É a fase da busca da identidade, da explosão das sensações corporais, do ingresso na vida profissional e de maior risco de uma gravidez não planejada. Cerca de 28 mil meninas entre dez e 14 anos deram à luz no

Brasil em 2003, o que significa que 22% dos quase 668 mil partos foram de adolescentes. Segundo o Ministério da Saúde, de cada cinco bebês nascidos no país, um é filho de adolescente. Veja nesta edição o que os especialistas sugerem para minimizar os riscos da gravidez precoce e não planejada.

Número de jovens grávidas continua alto

Nunca se divulgou tanto como evitar a gravidez não planejada. No entanto, continua alto o índice de gravidez na adolescência. A principal razão, apontam os especialistas, é que é comum o adolescente comportar-se de maneira inconsciente, imprevisível ou irracional. Veja os fatores que contribuem para aumentar os riscos, ainda maiores no primeiro ano da vida sexual:

Fatores biológicos

✓ A cada década a primeira menstruação (menarca) tem vindo quatro meses mais cedo, aumentando o tempo de exposição da adolescente ao risco de gravidez.

✓ Irregularidade dos ciclos menstruais.

Fatores familiares

✓ Filhas de mães que iniciaram vida sexual precocemente ou engravidaram ainda adolescentes tendem a repetir a experiência.

✓ Desajustes e desagregação familiar, permissividade, falta de limites, de diálogo e confiança.

✓ Violência, abuso de drogas e doença crônica de um ou dos dois pais.

✓ Irmãos mais velhos com vida sexual ativa.

Fatores sociais

✓ Exagero da erotização pelos meios de comunicação, especialmente a televisão.

✓ Maior aceitação social do sexo antes do casamento e na adolescência.

✓ Baixa escolaridade e desinformação de pais e adolescentes sobre reprodução humana, uso correto dos métodos contraceptivos e efeitos biológicos, psicológicos, jurídicos e sociais da gravidez na adolescência.

✓ Falta de dinheiro para comprar contraceptivos.

✓ Pouco ou nenhum acesso do adolescente a atividades saudáveis e prazerosas no tempo livre, como esporte.

✓ Pressão do grupo de amigos para iniciar a vida sexual.

Fatores psicológicos e comportamentais

✓ Baixa auto-estima, aliada ao mau rendimento escolar (ou por causa dele) e à falta de apoio e afeto da família.

✓ Falta de perspectivas e de aspirações profissionais.

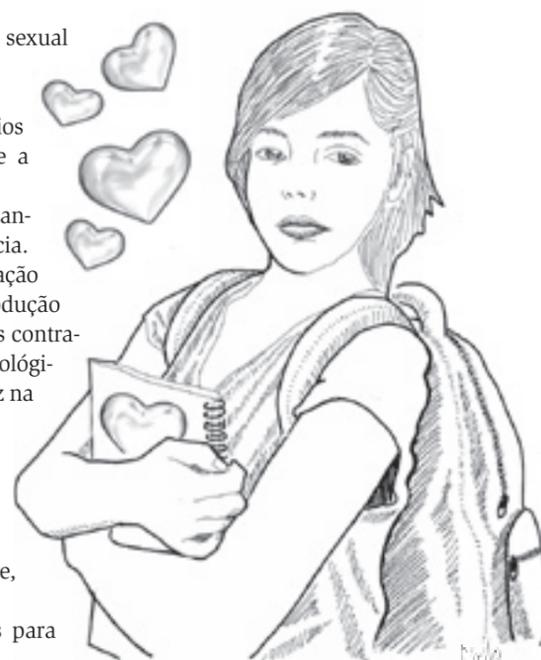
✓ Desejo inconsciente e até consciente de engravidar para obter afeto, auto-afirmação ou respeito social; para provar a fertilidade, solidificar o relacionamento com o parceiro ou ter alguém para amar e cuidar; ou para libertar-se de um ambiente familiar abusivo.

✓ Negação (“comigo não acontecerá”).

✓ Crença de que qualquer planejamento diminui o prazer do sexo e de que não é necessário o uso rotineiro de contraceptivos nos encontros sexuais eventuais.

✓ Falta de uso de contraceptivo pelo adolescente por medo de ser descoberto pela família ou de não ser aceito pelo parceiro.

✓ Uso de drogas e álcool.



Riscos para os pais e o bebê

Para a mãe

* Hipertensão, anemia, ganho de peso insuficiente, infecção urinária, desproporção entre a cabeça da criança e a pelvis da mãe – o que impede o parto normal –, parto prematuro, aborto, morte no parto (é a sexta causa de morte entre adolescentes), suicídio.

* Extrema dificuldade em adaptar-se à nova condição, exacerbando ansiedade, depressão e hostilidade.

* Problemas de crescimento, emocionais e comportamentais, educacionais e de aprendizado.

* Abandono da escola e de projetos profissionais.

* Afastamento do pai da criança e dos amigos.

* Dificuldade em atividades sexuais futuras.

* Exclusão do mercado de trabalho.

Para o bebê

* Desnutrição e baixo peso ao nascer.

* Apgar (índice que mede a vitalidade do recém-nascido) mais baixo, doenças respiratórias, trauma no parto, maior frequência de doenças e de mortalidade infantil.

* Rejeição, maus-tratos, carência afetiva, abandono.

Essas complicações podem ser evitadas ou minimizadas com um pré-natal adequado. Mas, por medo, a adolescente “esconde” a gravidez o máximo possível, iniciando o pré-natal tardiamente, ou até mesmo chegando ao parto sem ele. As conseqüências são mais graves quanto mais baixas a escolaridade e a condição socioeconômica da família.

Para o pai adolescente

* Abandono dos estudos e dos projetos profissionais.

Direitos dos adolescentes

O Ministério da Saúde orienta os médicos para que aproveitem todas as oportunidades para promover a educação sexual da família e do adolescente, que tem direito:

* À privacidade na consulta (atendimento individual, em espaço privado).

* À confidencialidade do sigilo médico – as informações discutidas durante e depois da consulta ou entrevista não podem ser repassadas aos pais ou responsáveis sem permissão do adolescente.

* À presença de outro profissional no atendimento (enfermeiro, auxiliar).

* À presença de acompanhante, inclusive em caso de internação, se assim o desejar.

* A receber qualquer atendimento de que necessite, mesmo na ausência dos pais ou responsáveis (não se pode exigir a presença do responsável para prestar assistência ao menor).

Exceções: nos casos de ado-

lescentes com déficit intelectual importante ou distúrbios psiquiátricos ou se for constatado abuso sexual (o Conselho Tutelar ou a Vara da Infância e Juventude deverão ser imediatamente notificados).

Outro direito reconhecido pelo Ministério da Saúde é o acesso à orientação sobre todos os métodos anticoncepcionais e à prescrição do mais indicado, inclusive da anticoncepção de emergência – pílula do dia seguinte –,

quando a adolescente relata relação sexual em que:

- * não usou contraceptivo
- * o método usado falhou
- * houve violência sexual

O Ministério da Saúde esclarece que a pílula do dia seguinte não é abortiva, pois não atua sobre o óvulo já fertilizado e sim impede a fertilização.

Fontes: Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Ética Médica, Ministério da Saúde

Saiba mais

Ministério da Saúde
0800 61-1997
(61) 3315-2425
www.saude.gov.br

Marco Teórico e Referencial - Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens - portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco_teorico_referencial.pdf

Anticoncepção de emergência - www.sof.org.br/inst_area_atua_saude/normaT%E9cnicaMinSa%FAde.pdf